

Educação antirracista e a literatura infanto-juvenil afro contemporânea no ensino fundamental

Autores:

Cíntia Maria Battiston Loureiro

Graduanda em Pedagogia, Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP)

Fernanda Alves Queirós

Graduanda em Pedagogia (UNIVESP)

Gustavo Perez Zampieri

Bacharel em Direito. Graduando em Pedagogia (UNIVESP)

Leandro Magri Bernardes

Bacharel/Licenciado em Ciências Sociais. Graduando em Pedagogia (UNIVESP)

Michele Aparecida dos Santos Fattori

Bacharel em Administração. Graduanda em Pedagogia (UNIVESP)

Thiago Saraiva Tostes

Professor Tutor de Graduação e Pós-graduação, Faculdade Metropolitana Ribeirão Preto

Washington de Paula e Silva

Mestrando em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, Universidade Federal de Uberlândia

DOI: 10.58203/Licuri.83472

Como citar este capítulo:

LOUREIRO, Cíntia Maria Battiston et al. Educação antirracista e a literatura infanto-juvenil afro contemporânea no ensino fundamental. In: KOCHHANN, A.; SOUZA, J. O.; OLIVEIRA, H. M. (Orgs.). *Reflexões sobre o Ensino e a Educação*. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 119-139.

ISBN: 978-65-999183-3-9

Resumo

No Brasil, o racismo configura-se como uma grande problemática, desde a colonização europeia e a instauração da escravidão, ainda presente até os dias atuais, se consolidando de forma estrutural. Considerando que a educação pode ser uma das ferramentas para o combate ao racismo, por meio dela valores são construídos e desenvolvidos desde os anos iniciais de formação escolar. Este estudo tem como objetivo investigar de que forma a literatura infanto-juvenil afro contemporânea, inserida nos anos iniciais do ensino fundamental, pode contribuir para a promoção de uma educação antirracista. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e revisão literária, o grupo analisou qualitativamente a contribuição de três obras da área: “*Minha Mãe É Negra Sim*”, livro paradidático que trabalha sobre o tema da formação da autoestima; “*Ei, Você! - Um Livro sobre Crescer com Orgulho de Ser Negro*”, o autor destaca como o empoderamento poderá ajudar a criança negra a ser protagonista de sua vida, mesmo diante de uma sociedade desigual; e “*O Que Há da África em Nós?*”, indicado para os anos iniciais do ensino fundamental, que traz reflexões acerca do processo de colonização portuguesa. A partir das análises, concluiu-se que é importante, para as crianças brancas e negras, que livros com representação de personagens negros e abordagem sobre a cultura africana e afro-brasileira façam parte de sua formação, já que ressignificam as diferenças raciais, valores e estereótipos são contestados, o imaginário é reconstruído, além de valorizar o amor-próprio e a identidade das crianças negras.

Palavras-chave: Anos iniciais. Diversidade racial. Cultura africana. Protagonismo negro. Racismo estrutural.

INTRODUÇÃO

A educação antirracista é um conjunto de ações, praticadas no cotidiano escolar, que tem como foco combater as expressões do racismo nas instituições de ensino. É preponderante a elaboração de um currículo baseado nas relações étnico-raciais, que adote as contribuições históricas nas diversas áreas do conhecimento, de sujeitos africanos e afro-brasileiros, para além do conhecimento eurocêntrico. Negreiros (2017) relata que:

Os objetivos da educação das relações étnico-raciais são possibilitar o reconhecimento de pessoas negras na cultura brasileira a partir de seu próprio ponto de vista, promover o conhecimento da população brasileira sobre a história do Brasil com a visão de mundo da população negra, formar os professores para ministrarem disciplinas que contemplem a perspectiva negra na história, cultura e sociabilidade do País, assim como que saibam combater e discutir sobre o racismo e seus efeitos (dentro e fora do ambiente escolar), e finalmente propiciar a reeducação para relações étnico-raciais plurais e diversas (NEGREIROS, 2017, p. 67).

Dessa forma, sabe-se que um caminho possível para o combate ao racismo é pela educação; por meio da escola e dos livros são construídos os primeiros aprendizados, as descobertas e reflexões sobre a vida em sociedade. Não se pode deixar de salientar que a escola é um lugar de reprodução do racismo, desde pequeninos recebe-se informações negativas sobre pessoas negras. Após um longo processo de luta dos movimentos negros para implementação de políticas públicas no campo educacional, foi instituída a Lei nº. 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira em toda a escola de Ensino Fundamental e Médio. Assim, a lei nos apresenta:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2004, p. 35).

Muitas vezes a criança negra não se sente parte da escola, os livros e filmes adotados no ambiente escolar retratam personagens, princesas e príncipes com a pele branca, e suas histórias. Inversamente, é possível encontrar as personagens negras em papéis subalternizados e com estereótipos de raça, que não contribuem para a construção da identidade racial da criança, assim, é importante que essas questões sejam pensadas, desde os anos iniciais do ensino fundamental.

Além disso, ainda é possível constatar no cotidiano escolar o despreparo docente diante de atitudes preconceituosas, talvez pela ausência letramento racial, pois aquilo que não se conhece, não desperta a empatia. Lima (2021) coloca a questão do docente e as dificuldades de discutir o tema em sala de aula, ao enfatizar que:

Nessa perspectiva, compreende-se que dialogar sobre racismo, preconceito e discriminação na escola não é tarefa fácil. É comum a inibição docente, sem saberem como direcionar a discussão. A sensibilidade docente e humana, muitas vezes não atenta para o fato de que essa é uma problemática social que vem passando os séculos e que precisa circular na escola, na perspectiva de desmistificação (LIMA, 2021, p.15).

Observa-se nos últimos anos, uma quantidade crescente na produção de literatura infanto-juvenil afro contemporânea, com o objetivo da promoção de uma educação antirracista e de como colocá-la em prática no cotidiano escolar. A literatura infanto-juvenil afro contemporânea busca trazer referenciais positivos para crianças negras e colocar em foco narrativas onde elas sejam protagonistas. Assim, como relata Lima (2021):

A literatura tem um potencial relevante e possibilita discussões referentes ao tema da negritude e do preconceito sendo um instrumento na luta por uma construção sadia e saudável de uma educação das relações étnico-raciais eficiente que não se contente apenas com improvisos ou trabalhos isolados apenas no mês de novembro, mas um compromisso político dos educadores e unidades escolares com disposição para desfazer e combater mentes, comportamento e posturas racistas (LIMA, 2021, p.27).

Diante dos fatos citados, tem-se a percepção que esse estudo contribuirá, partindo da premissa de que autores de literaturas infanto-juvenis afro contemporâneas estão

recriando narrativas de personagens negros, descentralizando a cultura eurocêntrica. Com base nessas reflexões pretende-se desenvolver um estudo acerca de livros infanto-juvenis afro referenciados, para a promoção de uma educação antirracista nos anos iniciais do ensino fundamental, contribuindo no processo de identificação racial de crianças negras, por meio do reconhecimento e valorização da sua cultura, o fortalecimento da memória histórica afro-brasileira e o desenvolvimento do respeito nas atitudes e valores. Sendo assim, questiona-se: como promover uma educação antirracista nos anos iniciais do ensino fundamental, utilizando-se da literatura infanto-juvenil afro contemporânea?

Portanto, considerando a problemática do tema da pesquisa, pretende-se como objetivo principal desse estudo investigar de que forma a literatura infanto-juvenil afro contemporânea, referenciada no ensino fundamental, pode contribuir para a promoção de uma educação antirracista.

METODOLOGIA

Marconi e Lakatos (2003, p. 83) definem o método científico como o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permitem alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros - traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Diante do contexto abordado pelo tema ao qual se refere a educação e literatura antirracista, a metodologia a ser utilizada na pesquisa se enquadra como bibliográfica, ao utilizar-se de como fontes de informação, livros, artigos científicos e trabalhos acadêmicos, tais como teses e dissertações. O estudo caracteriza-se como revisão de literatura e descritivo ao expor aspectos conceituais e históricos frente a temática a ser abordada. Desse modo, Prodanov e Freitas (2013) definem que a pesquisa bibliográfica é:

[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na

pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

Ao utilizar estes métodos de investigação pode-se dizer que também é dedutivo, pois ao longo da pesquisa, o texto abrange uma abordagem genérica ao situar o leitor no tempo e espaço, e até mesmo assuntos mais específicos ao que se refere a utilização dos livros paradidáticos da literatura antirracistas pelos docentes em sala de aula. A consulta por artigos indexados em bases de dados científicas se insere pelo fato de se buscar atualidade no que se refere ao processo de comunicação e divulgação científica sobre a temática desencadeando a compreensão e concretização de novos conhecimentos, utilizando principalmente de periódicos indexados na base Scielo e Google Acadêmico.

Além disso, foi desenvolvido uma análise de conteúdo com uma abordagem qualitativa (LÜDKE; ANDRÉ, 2013), partindo da premissa de que autores de literaturas infanto-juvenis afro contemporâneas estão recriando narrativas de personagens negros, descentralizando a cultura eurocêntrica. Desse modo, apresenta-se na Tabela 1 três obras da literatura infanto-juvenis afro contemporâneas, e como eles serão referenciados no decorrer das análises.

Tabela 1. Livros de literaturas infanto-juvenis afro contemporâneas.

Representação	Referência bibliográfica
Livro A	SANTANA, Patrícia. Minha mãe é negra sim. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2008.
Livro B	ADEOLA, Dapo Volp. Ei, você! Um livro sobre crescer com orgulho de ser negro. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2021.
Livro C	FRAGA, Walter; ALBUQUERQUE, Wlamyra R. O que há de África em nós. São Paulo: Editora Moderna, 2013.

CONTRIBUIÇÕES DE LIVROS INFANTO-JUVENIS AFRO REFERENCIADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL, PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

A partir das reflexões provocadas na exploração dos conceitos da educação antirracista e nos documentos e leis que tornam obrigatório o ensino de cultura africana e afro-brasileira, propõe-se neste momento um aprofundamento sobre a literatura infanto-juvenil afro contemporânea e a sua aplicabilidade no cotidiano escolar. A literatura reproduz a realidade vivenciada pelos autores, nesse sentido é imprescindível que desde a educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental sejam contempladas questões étnico-raciais da população brasileira, e que os professores estejam conscientes da importância dessas histórias, na perspectiva de autores afro referenciados, no desenvolvimento dessa faixa etária.

Na literatura infanto-juvenil ainda é incipiente a quantidade de personagens negros, em comparação com personagens brancos, sendo representados como protagonistas e, quando assim ocorre, são subalternizados dentro do espaço narrativo. Segundo Souza e Lima (2006, p.188), “os personagens negros não sabiam ler nem escrever, apenas repetiam o que ouviam, ou seja, não possuíam o conhecimento considerado erudito e eram representados de um modo estereotipado e depreciativo”.

No final da década de 70, por meio de obras que abordavam de forma mais eloquente o preconceito e a discriminação racial, houve uma percepção maior em relação a importância de se trabalhar este tema no âmbito escolar. A literatura afro deve ser marcada por trazer autores negros que apresentem sua subjetividade, a individualidade das pessoas afrodescendentes; conteúdos que englobem a experiência de ser negro; apreço da tradição, ancestralidade e oralidade; proeminência das marcas culturais e existenciais que identificam o ser negro, entre outros (CUTI, 2010).

Mediante esse contexto e com o propósito de elencar essas singularidades, analisou-se três obras da literatura infanto-juvenil contemporâneas. Iniciou-se com o Livro A, de autoria de Patrícia Santana e ilustrada por Hyvanildo Leite, intitulado “*Minha mãe é negra sim*”. A escritora é negra e atua como profissional da área da educação. Em seus textos fica evidente situações que a autora vivenciou em sua trajetória, sem fazer alusões e distorções a esse assunto. A obra de Santana, remete a uma visão da literatura como parte

de um conjunto de ações, onde são abordados valores afro-brasileiros, contribuindo assim na formação da autoestima que é fundamental para fomentar a resistência e confrontar o preconceito, tornando o tema mais acessível e frequente.

O Livro A, é um paradidático que aborda questões étnicas no Brasil e a naturalização do racismo manifestada desde cedo, a partir das crianças que dão apelidos insultuosos ao personagem principal em decorrência da cor de sua pele. A falta de letramento racial reproduz o preconceito, até mesmo por parte de pessoas instruídas como a professora que diz para Eno, o personagem principal da história, que em um desenho pintasse a mãe de amarelo, pois ficaria mais bonito, subjetivamente afirmando que pessoas pretas são feias, por suas características de raça.

Esses comportamentos racistas, fomentam uma concepção negativa em crianças brancas, em relação às crianças negras, e que alguns professores por falta de empatia e/ou por reproduzirem o racismo estrutural, ignoram ou reforçam esses conflitos, fazendo com que a criança negra seja discriminada, podendo desencadear diversos tipos de transtornos. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF):

Não importa se uma criança é negra, branca ou indígena. Qualquer criança ao conviver em uma realidade de desigualdades e de discriminação tem a ilusão de que negros, brancos e indígenas devem ocupar necessariamente lugares diferentes na sociedade. Seja diante da TV, nas escolas, ou em histórias infantis, as crianças vão se desenvolvendo com imagens retorcidas de papéis e lugares segundo a cor da pele ou a aparência (UNICEF, 2010, p.5).

No Livro A, o personagem faz um posicionamento crítico, manifestando seu descontentamento diante do preconceito de sua professora, se entristecendo e se enclausurando dentro de casa, deixando de se alimentar e criando motivos para não comparecer a escola. Reconhecendo-se como negro, procura no dicionário o significado de sua cor, que não traz bons sentimentos, reflexo de uma sociedade cujo padrão de beleza não é a pele escura.

O restabelecimento da autoestima de Eno se dá pela intervenção de seu avô, que dialoga com o menino sobre a história de resistência e lutas de seus antepassados, sobre

tradições do povo afrodescendente, das dificuldades que as pessoas negras enfrentaram e ainda enfrentam para serem respeitadas em sua integralidade em nossa sociedade. Essa figura do avô-professor, originário das tradições africanas, onde a pessoa mais velha é detentora de conhecimento, valores e práticas culturais, despertou em Eno a coragem para enfrentar o preconceito e o racismo. Sendo assim, esse paradidático elucida uma temática dentro da literatura infanto-juvenil pouco discutida, que é o racismo, e de forma simples e convincente, permite aos pais e educadores abrirem e desbravarem caminhos para combatê-lo e a suas ramificações.

A segunda obra literária analisada foi o Livro B, de autoria e ilustração de Dapo Adeola, é intitulada *“Ei você! Um livro sobre crescer com orgulho de ser negro”*. O autor é britânico descendente de nigerianos. Na versão brasileira houve um acréscimo de páginas, que foram ilustradas pela soteropolitana Lhaiza Morena, trazendo 13 personalidades marcantes do Brasil, dentre eles Zumbi dos Palmares, Dandara, Elza Soares, Milton Santos, entre outros.

O Livro B é uma mensagem endereçada para crianças, e que todo adulto negro gostaria de ter ouvido na sua infância. São palavras de encorajamento, orgulho, incentivo, ancestralidade como resistência, e sobretudo, amor. Nas primeiras páginas são detalhados como um manual de boas-vindas ao bebê que vai chegar, o quanto os pais aguardaram a sua chegada e o quanto de amor existe ali. Mostra várias representações de pessoas negras em diversos espaços e situações, exibindo-os em posições sociais como cientistas, políticos e artistas, mas advertindo que existem diferenças e que a sociedade ainda discrimina pessoas pretas. Por meio de palavras de otimismo, valorizando cada aspecto de seus traços negroides, o autor traz claramente como o empoderamento fará com que a criança preta seja protagonista de sua vida, mesmo diante dos desafios de uma sociedade eurocêntrica e racista.

A linguagem empregada na obra mostra como a literatura pode ser um meio para construir ou desconstruir estereótipos, padrões de beleza, sociais, culturais e morais. Nas escolas ainda há inúmeras literaturas, com excesso de estereótipos racistas, sem representatividade negra, reforçando assim a intolerância, o preconceito, recriando e fortalecendo um ambiente imaginário segregador. Conceder, as crianças negras e não negras, o acesso a livros que enobrecem as diferenças e contestem os estereótipos e valores, contribuirá consideravelmente para uma reconstrução de um novo imaginário.

Conforme Ribeiro (1996, p.172) “os atos imaginativos antecedem mudanças em nossas atitudes e ações”. Além disso, Sousa (2002) reforça que:

[...] as imagens que moram em nossas mentes desde a infância influenciam nossos pensamentos durante a vida e podem contribuir (se não forem estereotipadas, inferiorizadas) para a autoestima e aceitabilidade das diferenças visando uma vida adulta feliz. Para isso as imagens precisam mostrar nossa “cara”, força e cultura de todos (SOUSA, 2002, p.196).

É urgente refletir sobre as contribuições acerca das obras de literaturas infanto-juvenis no contexto educacional, como elas auxiliam na construção do amor-próprio nas crianças negras e na valorização delas em relação às crianças não negras.

Por fim, discorrer-se-á sobre o Livro C, intitulado “*O que há de África em nós*”, de autoria de Walter Fraga e Wlamyra R. de Albuquerque, ilustrado por Pablo Mayer, que foi premiada nas categorias didático e paradidático com o prêmio Jabuti finalista de 2014. O Livro C é indicado para crianças das séries iniciais do ensino fundamental. Com histórias simples de linguagem acessível traz contribuições importantíssimas sobre o quanto a África influenciou na forma de ser e viver dos brasileiros, a herança de pessoas escravizadas por meio da diáspora afro-brasileira; suas comidas, músicas, danças e lendas.

O Livro C traz sete histórias que são vivenciadas por crianças com sede de conhecimento que vão desbravando o mundo e tudo o que os rodeia. Eles descobrem que a América e a África são separadas pelo oceano Atlântico, mas são muito próximos sob vários aspectos. Essa obra traz reflexões sobre o processo de colonização portuguesa, a escravidão, criações culturais africanas, e como os povos africanos contribuíram na construção da história, da cultura e memória da nação brasileira.

Portanto, entende-se que, a partir dessas três obras literárias, que os livros de qualidade que tenham representação de personagens negros façam parte do cotidiano das escolas, pois uma educação para igualdade racial denota ir além de concernir momentos específicos em datas marcadas no calendário escolar.

REFLETINDO ACERCA DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E A SUA IMPORTÂNCIA NA APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Para entender o contexto da educação brasileira é importante compreender suas relações sociais, econômicas e históricas frente às desigualdades de seu povo e o desenvolvimento desta vertente no contexto educacional.

De acordo com Bes *et al.* (2018) a partir do planejamento da expansão territorial europeia no século XVI tem-se o processo de colonização do Brasil pelos portugueses, que tinha como caráter comportamental dos colonos migrar e impor os padrões europeus na terra invadida. Neste sentido, as desigualdades sociais e raciais primeiramente foram manifestadas pelos indígenas, povo originário, e os negros escravizados que foram sequestrados de diversos países de África, a qual imporia um imaginário de inferioridade e subalternidade em relação aos povos europeus, tendo como marcador a cor da pele e um processo de racialização.

Quando se trata das relações étnico-raciais no Brasil, a educação se mostra mobilizadora principalmente por meio do movimento negro brasileiro, evidenciado a partir dos avanços relevantes no cumprimento da Lei nº 10.639/2003 a qual menciona a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio em todo o país.

Segundo Barros, Euclides e Souza (2022) é importante mencionar o trabalho realizado nas escolas sobre combate do racismo, abrindo suas portas para diversidade racial e cultural, permitindo que diferentes realidades sejam vivenciadas por seus atores, combatendo a reprodução de desigualdades sociais, discriminações, preconceitos e racismo nesta e nas novas gerações, desde a primeira infância, pois é nesta fase de desenvolvimento que o processo de construção de identidade e relacionamento com outras pessoas perpassam as relações familiares e das comunidades.

Esses autores salientam, ainda, a predominância do racismo estrutural em todas as instâncias, reproduzido no cotidiano de maneira inconsciente; e por vezes intencional, configurando crime de acordo com as leis brasileiras (BARROS; EUCLIDES; SOUZA, 2022). Destaca-se o papel do professor como um agente necessário e de parceria na luta

antirracista nas escolas, a partir de sua sensibilização e com o auxílio de embasamento teórico e metodológico para lidar com questões que se quer são percebidas diante da naturalização do racismo na sociedade.

No Brasil, a Educação Básica é garantida por lei sendo responsabilidade do Estado desde a década de 80, ou seja, todas as crianças têm o direito a educação independente de sua classe social ou grupo étnico-racial, tendo por via uma educação que seja de qualidade e possa contemplar várias situações da vida, como as dimensões sociais, educativas e culturais, de forma inseparável e fundamental para o pleno desenvolvimento e realização do ser humano (TRINIDAD, 2012).

De acordo com Trinidad (2012), a criança é o centro do planejamento curricular, considerada um ser social que possui história e que pelas brincadeiras e interações constrói significados por meio de coletivos sociais que apresentam formas únicas de pensar e agir diante das diferenças caracterizadas pelos atos de pertencimento.

Neste sentido, pensar em referências culturais negras no processo de ensino e de aprendizagem na educação básica permeia a construção de identidade da criança negra, permitindo que a criança branca internalize as diversidades culturais e étnico-raciais, transpondo as questões de superioridade de raça construída pelos processos históricos, possibilitando chegar a um lugar comum de igualdade (ROLIM, 2019).

A mediação do docente neste processo se torna essencial ao propiciar e desenvolver propostas que assegurem “o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas e afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação” conforme Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (BRASIL, 2010, p.21).

Trinidad (2012) afirma que estudos realizados com crianças pequenas escutando suas próprias vozes, demonstram que por meio das interações são construídas identidades e identificações étnico-raciais a partir da apropriação de significados sociais; reconhecendo as características e possíveis diferenças e semelhanças entre os aspectos referentes ao que é ser negro e branco permitindo novas concepções.

Nesse contexto, entender os resquícios que aferem a sociedade até os dias atuais em relação as questões raciais é um mecanismo que possibilita uma intervenção mais efetiva nos meios escolares. É importante compreender que não há diferenças biológicas no que

se refere a raça; a racialização dos sujeitos foi uma das estratégias de dominação do violento processo de colonização europeia.

A aparência é um dos fatores que mais tem ganhado significado social em relação as crenças, valores e atitudes. As características físicas de pessoas brancas, diante de contextos sociais e culturais são consideradas superiores às de pessoas negras e indígenas, e pode ser facilmente identificado em várias situações e sociedades, passando de geração para geração determinando lugares sociais e oportunidades desiguais entre homens e mulheres, jovens e adultos, crianças e idosos; mesmo em diferentes setores da sociedade (TRINIDAD, 2012).

Dentro do ambiente escolar também é importante perceber como o racismo estrutural permeia até mesmo na literatura. Rolim (2019) expõe uma questão muito importante no espaço escolar; livros didáticos e paradidáticos que apresentam ilustrações e imagens de crianças brancas e não apresentam de outras representações sociais étnico raciais, como características físicas, de gênero e até mesmo dos espaços culturais em que vive muitos atores sociais.

A identificação com os meios culturais permite a criança internalizar representações, criar referências e construir identidade, além de contribuir para a desconstrução de efeitos ideológicos rumo ao ensino e valorização de todos dentro e fora da sala de aula.

Segundo Silva (2015) a falta de uma educação antirracista colabora e favorece a construção de identidades e possibilidades problemáticas, pois muitas vezes projetos e atividades que tratam a diversidade étnica são elaborados e desenvolvidos diante de situações de conflito. Discutir questões étnico- raciais na escola é um grande desafio porque há a compreensão equivocada por parte de muitos professores, principalmente na educação infantil, necessitando que as abordagens sejam revistas em muitas instituições de ensino. Silva (2015) reforça:

A omissão deste tema na formação dos professores, nos currículos da educação e nas práticas cotidianas da escola é nociva, pois fere os princípios que normatizam os fazeres e saberes da instituição; além de promover a perpetuação da exclusão de grande parte da população por transformar as diferenças naturais entre os povos em desigualdades sociais, o que infringe o direito constitucional à diferença (SILVA, 2015, p.175).

A prática educativa antirracista no contexto infantil com foco nas relações étnico-raciais pautando negros e índios pode evidenciar situações que promovam a criatividade por meio do compartilhamento da identidade do povo brasileiro pelo conhecimento multicultural utilizando brincadeiras, rodas de dança, música, culinária, pintura e desenhos do grafismo africano, que promovem o compromisso com a história.

Sendo assim, faz-se necessário que haja formação de professores neste assunto e a desmistificação de um cenário ingênuo que ultrapassa a educação e a cidadania, e excluir este distorcer da história não contada (SILVA, 2015).

DOCUMENTOS QUE SUBSIDIAM OS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA, BEM COMO DAS EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

De acordo com a proposição de reflexões sobre uma educação antirracista, é primordial enveredar-se pelo caminho traçado pelos movimentos negros do Brasil para criminalização do racismo e para legalização das educações étnico-raciais. O Brasil é um país de formação cultural e étnica plural onde se encontram uma gama de influências desde a constituição da própria língua até a culinária, da religião ou modo de pensar. E segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, os “[...] dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019, 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas” (IBGE, 2022).

Em termos numéricos a população brasileira corresponde ao maior número de pessoas pretas fora da África. É preponderante que haja políticas públicas nacionais de combate ao racismo tendo como base esse considerável percentual da população brasileira. Não fosse o conhecimento da história mundial e dos processos colonizadores em toda a América, as subjetividades do racismo estrutural, a presença do racismo em relação ao legado africano para a formação do Brasil, seria um paradoxo. Sabe-se que mesmo sendo a maioria, uma população pode ser discriminada e até apartada legalmente como no regime do “Apartheid” sul africano ou no Brasil Colônia, cujas estruturas perpetuam até

os dias atuais, onde indígenas e negros foram dizimados, escravizados em um processo de desumanização do sujeito.

O Brasil atualmente tem uma legislação específica desde a esfera constitucional (Constituição Federal de 1988) passando pela legislação federal que tipifica o crime de racismo (Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989) até normas educacionais pertinentes como a Lei de Diretrizes e Bases, as Bases Nacionais Curriculares, a Lei federal 10.639/03, os Parâmetros Curriculares Nacionais e os próprios Projetos Políticos Pedagógicos que rotineiramente trabalham o tema racismo, valorização do multiculturalismo e da diversidade em seus planejamentos e ações. Na perspectiva de Santana (2004), sobre o Currículo, Relações Raciais e Cultura Afro-Brasileira:

Em todo o Brasil, a alteração da LDB n. 9.394/96, primeiro com os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN e, em seguida, oficialmente pela Lei n. 10.639/2003, mexeu com valores enraizados na educação. Valores de uma ciência que negou e silenciou nos currículos escolares narrativas de grupos considerados minoritários como, por exemplo, o africano e seus descendentes. Essa educação de exclusão levou os afro-brasileiros a desconhecerem e negarem suas pertencças africanas (SANTANA, 2005, p 38).

Nos termos do Parecer CNE/CP 3/2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, esta educação pode:

[...] oferecer conhecimentos e segurança para negros orgulharem-se de sua origem africana; para os brancos, permitir que identifiquem as influências, as contribuições, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionarem com as outras pessoas (BRASIL, 2004, p. 7).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana foram aprovadas pelo conselho Nacional de Educação em março de 2004 e homologadas pelo Ministério da Educação em

junho de 2004. Essas Diretrizes vieram na esteira de um movimento legal e político, liderado pelos movimentos negros, que culminou com a aprovação da Lei Federal 10.639/2003 que determinou como obrigatório o ensino do estudo de história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas do país.

Diante da aprovação da Lei 10.639, que foi sancionada em 9 de janeiro de 2003, tornou-se obrigatório, no ensino fundamental e médio, o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira e Africana, prevendo a necessidade de estabelecer novas diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais no Brasil. É perceptível que o ensino e aprendizagem das disciplinas de História afro-brasileira, Cultura Afro-Brasileira, História Africana e Cultura Africana, passou a ter o objetivo de discutir tanto na pesquisa teórico-acadêmica quanto nas práticas pedagógicas, a necessidade de trabalhar esse tema em sala de aula, com base em textos ficcionais e teóricos que fazem parte do legado das culturas africanas.

Essa legislação veio cumprir metas anunciadas na Constituição Federal (BRASIL, 1988) que - em seu artigo terceiro, inciso IV - garante a promoção de todos os cidadãos brasileiros, sem preconceitos de origem, raça, sexo e quaisquer outras formas de discriminação sobre a educação das relações étnico-raciais, e em sequência outra legislação foi aprovada e os direitos da população negra passaram a ser garantidos pela Lei 9394/96 de Diretrizes e Base da Educação Nacional (BRASIL, 1996), por meio de seu artigo 26, que estabelece no ensino de História do Brasil a importância da contribuição do estudo das matrizes culturais próprias da população negra: trata-se, finalmente, da Lei 10.639, de 2003, por meio da qual a Presidência da República altera a LDB, incluindo no currículo do ensino fundamental e médio o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Os ensinamentos da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira representam uma maneira de tornar mais evidente o acesso dos estudantes a informações acerca de nossa formação social e cultural brasileira. A Lei 10.639 é evidenciada como uma prática pública de inclusão e ação afirmativa e resultado de um intenso movimento de luta antirracista no Brasil. Assim, o entendimento de incluir a luta contra o racismo e os conhecimentos sobre África como valores universais colocou a escola no centro das estratégias de ações para uma nova perspectiva, o que foi materializado pela modificação na lei de diretrizes e bases (BRASIL, 1996).

A lei federal respectiva não informa apenas que deve-se falar sobre a cultura africana e afro-brasileira, mas inclui conteúdo sobre a luta dos negros e a presença desse sujeito na formação da sociedade nacional e ainda garante que se discuta nas aulas das mais diversas disciplinas questões da luta do povo negro no Brasil. Evidentemente tal ação só pode ser empreendida também com muita luta dentro dos estabelecimentos de educação pública ou privada para a naturalização dos conteúdos por ela propostos no cotidiano das salas de aula nas mais diversas disciplinas como um mecanismo para uma educação antirracista. O que não se nega é que essa pauta racial e multicultural agora deve necessariamente ser pensada e realizada na escola. Em termos históricos é um avanço. O texto aprovado, entretanto, em especial nas Diretrizes, não determina uma leitura fechada, absoluta e determinista da questão.

Em realidade, tem-se como certo apenas que representa uma vertente de valorização da história e cultura dos afro-brasileiros. Historicamente ocorreu um movimento muito forte de “branqueamento” da cultura brasileira e valorização apenas do padrão branco étnico europeu e isso ainda acontece. A vivência nacional sempre foi de discriminar outras culturas, em especial a africana e a indígena, ainda existe a dificuldade de entender que as culturas se entrelaçam no contexto dinâmico da história, e em um ambiente de pluralidade cultural, nem sempre isso é percebido.

O pensar de cada cultura em um conceito separado parece não ser a forma de bem administrar a convivência entre os diferentes, e corre-se o risco de seguir o caminho do preciosismo ou essencialismo de dada cultura. Nesse sentido, é pertinente a crítica de Abreu e Mattos (2008) sobre o perigo da visão e estudo parcial na implantação prática das diretrizes para o ensino da cultura africana, ao enfatizar que

Os processos de troca cultural e hibridização das culturas não são mencionados como possibilidades reais de trabalho com culturas [...] o caminho é dirigir a nossa atenção criativa para a diversidade e não para a homogeneidade da experiência negra (ABREU; MATTOS, 2008), p. 13, p. 15).

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) trata das políticas públicas para a implantação da Lei 10.639; pautada pelo binômio inclusão/exclusão que usa a abordagem

socioeconômica considerando especificidades culturais, fala das ações afirmativas ou discriminação positiva, a política das diferenças e questiona o mito da democracia racial. Ele também defende o desenvolvimento ao valorizar as diferenças sociais e culturais e a partir disso construir uma igualdade de fato, a implantação da lei se torna uma ação afirmativa que deve avançar para uma realidade cotidiana de igualdade e equidade.

Em processo análogo à formação e evolução da língua escrita e falada percebe-se hoje como é natural a evolução de uma língua, suas mudanças e incorporação de termos advindos de outras línguas e povos, entretanto, em relação à cultura ainda tem uma dificuldade de adaptação a novidades, prefere-se sempre um ambiente de estudo homogêneo, estéril e segmentado de cada cultura. Na correção de possíveis desvios, é que a discussão e implantação dessas políticas passam necessariamente pelos professores, em especial os de História, que possuem o desafio de interpretar, aperfeiçoar e implementar em sala de aula a realização dos objetivos das normas acima.

Mais uma vez o que observa como certo é haver a necessidade de contextualizar as culturas, em especial a afro-brasileira, como expressões vivas, em movimento no processo histórico, influenciando e sendo influenciada por outras vertentes culturais. Há de haver o senso de que as culturas e suas influências acontecem concomitantemente no movimento histórico real, cotidiano. Fazer o aluno perceber isso, com raciocínio de movimento e interdependência representa avanço no ensino da História e de culturas, quais sejam elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como reflexo do racismo estrutural, ainda há uma grande falta de preparo por parte do corpo docente em relação ao tema, acredita-se que uma das formas atenuantes a este fenômeno tem sido o aumento da produção literária infanto-juvenil afro contemporânea. É perceptível que, apesar do crescente número de obras infanto-juvenis dedicadas ao empoderamento negro e valorização da sua cultura, a produção de histórias infantis com protagonismo negro ainda apresenta uma discrepância se comparada ao protagonismo branco.

Das obras literárias infanto-juvenis afro contemporâneas analisadas nesse estudo, fica evidente a importância do fator psicológico do empoderamento, dado que o rebaixamento da condição humana, a partir do racismo, perpassa e tenta se justificar, em primeiro lugar, pela subalternização do sujeito que é vítima do racismo. Como instrumento de dominação dos povos africanos e a instauração do racismo, o colonizador anulou todas as narrativas, histórias, religiões e a cultura. De acordo com este fato, dois dos autores analisados debruçam-se sobre a importância em empoderar seus personagens a partir da autoafirmação identitárias de suas características físicas, assim tentando criar subterfúgios para escapar das narrativas instauradas pelo racismo. Os autores do terceiro livro fazem essa autoafirmação a partir de suas raízes históricas, enfatizando que há uma história que não foi contada, que as pessoas negras descendem de um continente incrível, a mãe África, onde o mundo começou a ser mundo.

As noções de cidadania, igualdade de direitos, multiculturalismo, democracia, convivência, respeito e valorização do outro e do diferente são os extratos melhores que podemos retirar das orientações pedagógicas presentes em documentos e leis regulatórias do ensino da cultura africana e afro-brasileira. As políticas públicas voltadas para o ensino da cultura africana e afro-brasileira, constituem-se como propulsor para a consolidação da educação antirracista. O acesso à livros com protagonistas negros, narrativas históricas e ficcionais que exaltem a herança cultural africana e a cultura afro-brasileira, certamente são um passo importante para a prática cotidiana escolar da educação antirracista. Considera-se que essas histórias, inseridas de forma contínua em ações pedagógicas nas salas de aula, podem fortalecer a construção da identidade em crianças negras.

REFERÊNCIAS

ADEOLA, Dapo Volp. *Ei, você! Um livro sobre crescer com orgulho de ser negro*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2021.

ALBUQUERQUE, W. FRAGA, W. *O que há de África em nós*. 1ª edição, Editora Moderna. 2013.

BARROS, S. *Enraizando a lei 10639/03: literaturas africanas na Educação Básica*. Revista Mulemba. Rio de Janeiro: UFRJ | Volume 10 | Número 19 | jul.-dez. 2018.

BARROS, T. B.; EUCLIDES, M. S.; SOUZA, R. de C. *O estado da arte das pesquisas sobre antirracismo na Educação Infantil (2013-2021)*. *Práxis Educativa (Brasil)*, v. 17, 2022.

BENTO, M. A. S. (org). *Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais*. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.

BES, P. *et al. Sociedade, cultura e cidadania*. Porto Alegre: Sagah, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais/ Temas Transversais*. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil*. Brasília, MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. 1ª a 4ª Séries. Temas Transversais. 5ª a 8ª Séries. Brasília, 1997/ 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico - raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília: MEC/Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CP nº 3/2004*. 2004. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>> Acesso em: 12 de nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação à Distância. *Currículo, Relações Raciais e Cultura Afro-Brasileira*. 2006. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/curriculo_relacoes_raciais_e_cultura_afro_brasileira.pdf> Acesso em: 12 de nov. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em: 20 nov. 2022.

CUTI, L. S. *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

IBGE. IBGE Educa. *Cor ou Raça*, c2022. Site governamental. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>>. Acesso em: 10 de nov. 2022.

FRAGA, Walter; ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O que há de África em nós*. São Paulo: Editora Moderna, 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo, SP: Atlas 2003.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2.ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

LIMA, C. L. de S. *Diversidade étnico-racial na educação: a literatura infantojuvenil afro-brasileira como caminho para uma educação antirracista*. Lajes, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/44565/1/Diversidade%C3%A9tnico-racialnaeduca%C3%A7%C3%A3o_Lima_2021.pdf> Acesso em: 19 set. 2022.

LOPES, V. N. *Afro-Descendência: Pluralidade Cultural precisa e deve abordar a questão do negro brasileiro*. *Revista do Professor*, Porto Alegre, v.17, n.67, p. 21-25, jul./ set. 2001.

MACEDO, J. H. S. *A implantação da Lei 10.639/03 como forma de inclusão social*. *Identidade!* | São Leopoldo | v. 19 n. 1 | p. 32-43 | jan.-jun. 2014 | ISSN 2178-0437X

MARTHA, A.; MATOS, H. *Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”*: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p. 5-20.

NEGREIROS, D.F. *Educação das relações étnico-raciais: avaliação da formação de docentes* [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017, 172 p. ISBN: 978-85-68576-94-6. <https://doi.org/10.7476/9788568576946>

OLIVEIRA, I. M. A. de. *A questão racial na escola*. Paranavaí, PR: Universidade Estadual do Paraná, 2007. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1454-8.pdf>> Acesso em: 19 set. 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

ROLIM, K. H. B.; et al. *Diversidade étnico-racial na educação infantil: reflexões à prática educativa*. Anais: VI JOIN / Brasil - Portugal... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/57592>>. Acesso em: 04 de nov. 2022.

SANTANA, Patrícia. *Minha mãe é negra sim*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2008.

SILVA, J. S. Relações étnico-raciais na educação infantil: práticas educativas anti-racismo. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 15, n. 173, p. 23-32, 2015.

SOUSA, A. L. de. *Personagens negros na Literatura Infanto-Juvenil: Rompendo Estereótipos*. In: Racismo e Antirracismo na Escola: Repensando nossa Escola. São Paulo: Summus, 2002.

SOUZA, F.; LIMA, M. N. (Org.). *Literatura afro-brasileira*. Brasília: Fundação Cultural Palmares; Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2006.

TRINIDAD, C. T. *Diversidade étnico-racial: por uma prática pedagógica na Educação Infantil*. In: BENTO, M. A. S. (org). *Educação Infantil: aspectos políticos, jurídicos, conceituais*. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2011.

UNICEF Brasil. *O impacto do racismo na infância*. 2010. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/media/1731/file/O_impacto_do_racismo_na_infancia.pdf>. Acesso em 05 de nov. 2022.